

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

SARAH DA SILVA GONÇALVES

O USO DO VÍDEO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA UMA MOBILIZAÇÃO  
SOCIAL COM A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PROJETO  
CINECLUBE LUZES DA CIDADE

Niterói

2014

SARAH DA SILVA GONÇALVES

O USO DO VÍDEO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA UMA MOBILIZAÇÃO  
SOCIAL COM A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PROJETO  
CINECLUBE LUZES DA CIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação  
em Produção Cultural da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. LUIZ MENDONÇA

SARAH DA SILVA GONÇALVES

O USO DO VÍDEO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA UMA MOBILIZAÇÃO  
SOCIAL COM A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PROJETO  
CINECLUBE LUZES DA CIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação  
em Produção Cultural da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Bacharel.

Aprovada em 17 de janeiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Msc. Luiz Mendonça – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. José Maurício Saldanha Alvarez - Universidade Federal Fluminense  
Universidade Federal Fluminense

---

Gleice Máira Alves – Universidade Cândido Mendes

Para Soka Gakkai Internacional

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais: Marlete Ferreira da Silva Bazilio e Mauro Jorge Bizzo Gonçalves por terem me dado a vida e pelo apoio e investimentos durante o tempo em que foi possível. Minha profunda gratidão.

Professor Luiz Mendonça, pela disponibilidade e por não me deixar esquecer o real significado desse trabalho: celebração por mais uma etapa que se conclui.

A Gleice Máira pela inspiração e pela colaboração essencial ao desenvolvimento do presente trabalho.

Minhas irmãs: Fernanda Gonçalves, Flávia Bazilio, Érika Bazilio e também ao cunhado-irmão Guilherme Flores, pelo amor e confiança.

A família Fares: Mariza, Allana, Amanda e Kinha pelo amor, zelo e compreensão por minha ausência física.

Meus pequenos, mas grandiosos sobrinhos: Isadora Flores e Caio Calor pelo frescor, pela alegria, pela luz que irradiam.

Aos presentes preciosos que a UFF me deu e que levarei para sempre em meu coração: Camila Martins, Gisele Jacob e Luísa Antonitsch.

Aos amigos: Marcos Corrêa, Zélia Peixoto, Priscila Fontenelle, Vanessa Almeida, Yuri Chamusca, pelas conversas e trocas em especial à Anna Clara Chermont, minha amiga-irmã de alma.

Agradeço também a Soka Gakkai e a todos os meus amigos de fé que me ensinam diariamente a fazer do humanismo um padrão de vida.

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta a proposta para realização do projeto **Cineclube Luzes da Cidade**. O dossiê que precede o projeto visa conhecer e analisar a população de rua e as ferramentas principais que compõem o projeto: o vídeo participativo e o cineclube, como práticas de imputação de sentido. No projeto em si são expostas as estratégias para viabilizar a realização de todas as etapas do processo de produção.

**Palavras-chave:** população de rua, moradores de rua, vídeo participativo (PV), cineclube.

## **ABSTRACT**

The actual work presents the realization project **Cineclube Luzes da Cidade**. The dossier that precedes the project aims to substantiate and analyze the homeless population and the main tools that make up the project: participatory video and film club as practices of attributing meaning. The project exposes strategies to enable the implementation of all stages of the production process.

**Keywords:** homeless, homelessness, participatory video (PV), film club.

## SUMÁRIO

I - Introdução .....	9
II - Dossiê Teórico de Embasamento .....	11
2.1) População de Rua: quem e quantos são? .....	11
2.2) O Lugar do Não-Lugar .....	13
2.3) Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua: Apresentação e Análise .....	17
2.4) Vídeo Participativo: uma ferramenta de empoderamento.....	22
2.5) Cineclubismo e a importância da formação de grupos .....	25
III - Projeto: Cineclube Luzes da Cidade .....	28
3.1) Apresentação .....	28
3.2) Objetivos.....	29
3.2.1) Objetivos Gerais .....	29
3.2.2) Objetivos Específicos .....	30
3.3) Público Alvo .....	31
3.4) Justificativa .....	32
3.5) Estratégias de Ação .....	33
3.6) Estratégias de Divulgação .....	34
3.7) Parcerias Possíveis .....	35
3.8) Retorno ao Patrocinador .....	36
3.9) Cronograma .....	37
3.10) Orçamento .....	38
IV - Considerações Finais .....	39
V – Referências .....	41



**Nada é impossível de mudar**

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de  
Hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem  
Sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,  
De humanidade desumanizada, nada deve parecer natural  
Nada deve parecer impossível de mudar.  
(Bertold Brecht)

**I – Introdução**

Este trabalho propõe a realização de um projeto de vídeo documentário feito através da ferramenta do vídeo participativo, além de sessões de cineclube com exibições de filmes, palestras e debates voltados aos moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente os que habitam as proximidades das regiões: Catete, Glória e Lapa, áreas em que é verificada grande concentração de moradores de rua.

O projeto nasceu a partir da inquietação das proponentes com a visão estigmatizante da sociedade civil e do Estado para com a população de rua e da constatação da inexistência de projetos culturais feitos de forma direcionada e com a participação efetiva dessa população. Está amparado na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, elaborada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Educação, da Cultura, da Saúde, do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), e também de representando a sociedade civil organizada. Dentre as ações estratégicas propostas nesta política nacional encontramos a cultura como um dos princípios norteadores de um plano voltado aos moradores de rua.

Para embasamento do projeto cultural que será proposto, foi necessária a abordagem e análise de forma ilustrativa dos seguintes tópicos: panorama do público alvo escolhido e das

ferramentas principais que serão utilizadas para realização do projeto, apresentação e exame da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Escolhemos apresentar o estudo da seguinte forma: Dossiê Teórico de Embasamento, onde apresentamos um panorama dos moradores de rua através de pesquisas recentes como a Contagem Nacional da População em Situação de Rua realizada em 2008 e da Contagem e Levantamento do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua da Cidade do Rio de Janeiro, pesquisa ainda em andamento até a finalização do presente projeto, mas que apresentou resultados preliminares importantes para o nosso trabalho. Além dos números apresentados nas pesquisas, ilustramos algumas das causas responsáveis pela existência desse tipo de população, a forma como a sociedade e governo em geral enxergam a população de rua, sempre amparados em pesquisadores e estudiosos como Paula Quintão, Maria Lúcia Lopes, Cleisa Moreno Maffei Rosa, Eneida Maria Ramos Bezerra, Maria A.c. Vieira, Aldaísa Sposati, José de Souza Martins, David Snow, Anderson Leon, dentre outros. Ainda no Dossiê é analisada a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Seus princípios, diretrizes e ações estratégicas, nos atendo as ações estratégicas propostas para a área cultural e justificando o por que de se propor ações culturais para uma população abaixo da linha da pobreza. Também no Dossiê foram analisadas as ferramentas basilares que compõem o projeto proposto: o vídeo participativo (PV), fazendo um breve panorama do que é a ferramenta, suas possíveis aplicações e vantagens. E o cineclubismo, que da nome ao projeto, como ferramenta política que estimula a sociabilidade e promove a formação de grupos. Nesta parte, utilizamos, autores como: Rose Clair Matela, Rodrigo Bouillet e Pedro Simonard.

Após o dossiê teórico de embasamento, apresentamos o projeto propriamente dito, que foi dividido em: Apresentação, Objetivos gerais e específicos, Público Alvo, Justificativa, Estratégias de Ação, Estratégias de Divulgação, Parcerias Possíveis, Retorno ao Patrocinador, Cronograma e Orçamento.

Um tema desafiador e polêmico, mas que clama para que façamos algo a respeito. Não temos a ilusão de mudar o mundo, nem mesmo retirar essas pessoas das ruas, até porque algumas não possuem esse desejo, mas nos propomos a dar voz a essas pessoas que são tão ignoradas e violentadas, e sensibilizar a população sobre a importância de uma mudança de paradigmas que se faz inadiavelmente necessária. Esse é o sentimento que motivou essa pesquisa e que nos instiga a realizar o projeto.

## II – Dossiê Teórico de Embasamento

### 2.1) População de Rua: quem e quantos são?

A existência de pessoas que moram nas ruas é um fenômeno global que atinge os países desenvolvidos e em desenvolvimento e data do início da formação das primeiras cidades. Nem mesmo os países de certa estabilidade econômica escapam a essa realidade. E nos países mais pobres a situação é ainda pior, com números crescendo em progressão geométrica. O arquiteto Rem Koolhaas vislumbra a cidade de Lagos, na Nigéria, como exemplo da cidade do futuro: "Lagos não representa uma 'situação de atraso', e sim 'um prenúncio do futuro'". Ou seja, com a maior parte da população sendo de habitantes de rua - o que é uma previsão catastrófica e grave, porém pertinente e possível.<sup>1</sup>

No Brasil encontramos moradores de rua espalhados por todas as cidades, e, embora este não seja um fenômeno recente, as primeiras contagens e estudos dessa população datam de pouco mais de uma década, sendo Belo Horizonte um dos primeiros municípios a realizar esse tipo de estudo em 1998. Até então essas pessoas eram "inexistentes", pois os dados do levantamento censitário só contava as pessoas que "têm domicílio". Ou seja, até quinze anos atrás esses indivíduos estavam fora de todas as estatísticas oficiais uma vez que esta população não é incluída nos censos demográficos brasileiros, fundamentalmente porque a coleta dos dados dos censos é de base domiciliar.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p.95)

---

<sup>1</sup> PACKER, george. A MEGACIDADE: decodificando o caos em Lagos. (Tradução Albert Flaksman). In: Revista Piauí, fev.2007. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-5/dossie-urbano/a-megacidade>

Como sinaliza Sposati (2010, p. 193) <sup>2</sup> “[...] saber quantos e quem são aqueles em situação de rua significa transitar das esferas das individualidades para a esfera coletiva da população. É o início do reconhecimento que poderá levar à restauração da identidade social.”

A primeira contagem nacional da população de rua, pesquisa nominada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome como: Contagem Nacional da População em Situação de Rua<sup>3</sup> iniciou-se em outubro de 2007 e foi concluída e publicada em abril de 2008. Participaram do levantamento 23 capitais de Estado e 37 municípios com mais de 300 mil habitantes<sup>4</sup>. A pesquisa foi encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à META Instituto de Pesquisas de Opinião, contratada pelo Ministério por meio de licitação e realizada em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).<sup>5</sup>

De acordo com a pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro teria 2.000 mil pessoas morando nas ruas; em Recife o total de moradores em situação de rua era de 1.390 pessoas. Segundo o Censo da População de Belo Horizonte, em 2005, a cidade teria um total de 96 adultos e 248 jovens nesta condição. O Instituto Meta de Pesquisa de Opinião identificou no Brasil (exceto São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que fizeram pesquisas individuais), um total de 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) em situação de rua até o ano de 2008. Este número total, se considerado juntamente com as pesquisas de outras cidades, pode-se estimar um número aproximado de 50.000 pessoas nas capitais de estado (e Distrito Federal) e cidades com mais de 300 mil habitantes do Brasil.<sup>6</sup>

Para a pesquisa foram visitados albergues, abrigos e casas de passagem ou de apoio, além de outras instituições que recebem a população em situação de rua, como

---

<sup>2</sup> SPOSATI, A. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. módulo 1. Brasília, DF, 1999

<sup>3</sup> Mais adiante justificaremos a escolha do termo adotado neste trabalho “População de Rua”, para nomear esse grupo estudado.

<sup>4</sup> Cidades onde o levantamento foi realizado: Maceió, Manaus, Macapá, Feira de Santana, Salvador, Fortaleza, Brasília, Serra, Vila Velha, Vitória, Aparecida de Goiânia, Goiânia, São Luís, Contagem, Montes Claros, Uberlândia, Campo Grande, Cuiabá, Belém, Campina Grande, João Pessoa, Teresina, Curitiba, Londrina, Maringá, Campo dos Goytacases, Duque de Caxias, Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Natal, Porto Velho, Canoas, Caxias do Sul, Florianópolis, Joinville, Aracaju, Bauru, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Franca, Guarulhos, Jundiá, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Palmas, Boa Vista, Rio Branco, Pelotas, Jaboatão dos Guararapes.

<sup>5</sup> Das capitais, não participam da pesquisa São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Nas três primeiras, as prefeituras já fizeram a contagem e, na capital gaúcha, o trabalho será realizado pela própria administração municipal.

<sup>6</sup> Fonte: Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, p. 10, 2008, Brasília

hospitais, clínicas e casas de convivência. Também foram consideradas na pesquisa aqueles que têm casa própria, alugada ou de parentes no interior ou em local afastado do centro da cidade e que por motivos de trabalho dormem nas ruas uma ou mais vezes na semana. Por outro lado, não foram consideradas na pesquisa pessoas que ocupam prédios abandonados há mais de cinco anos, com características de razoável estrutura (divisórias de alvenaria, uso de luz elétrica, equipamentos domésticos entre outras estruturas).<sup>7</sup>

No Rio de Janeiro, cidade para qual propomos o projeto, o censo dos moradores de rua começou a ser atualizado em 2013, mas os dados preliminares revelaram acréscimo de quase três vezes o número da população de rua em relação ao levantamento do censo 2008. De acordo com a Contagem Nacional da População em Situação de Rua realizada em 2008, naquele ano a cidade teria 2.000 mil moradores de rua, enquanto o censo 2013 já contabilizou quase 5,6 mil<sup>8</sup> moradores.

A Contagem e Levantamento do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua da Cidade do Rio de Janeiro foi encomendada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Essa pesquisa se propõe não só levantar o número de moradores, mas traçar o perfil dessa população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência.

Os resultados preliminares da pesquisa também revelaram que a maioria da população é composta por homens (81,8%), em idade ativa, entre 25 e 59 anos, seguida dos jovens de 18 a 24 anos. 75,11% informaram que estudaram até o Ensino Fundamental. 75,81% são moradores fixos, ou seja, dormem quase todos os dias nas ruas.<sup>9</sup>

## 2.2) O Lugar do Não-Lugar

[...] talvez um dia se chegue a conhecer a Razão porque cegamos, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, cegos que vêem, cegos que, vendo, não vêem<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Dados encontrados em: VEIGA, L.; QUIROGA, J.; PEREIRA, C. Trajetória de construção do I censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. p.19-20

<sup>8</sup> Resultado preliminar da pesquisa divulgado em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/11/censo-inedito-revela-que-rio-tem-quase-56-mil-moradores-de-rua.html>

<sup>9</sup> Ibidem

<sup>10</sup> SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

São várias as causas que levam alguém a morar nas ruas como, por exemplo, demência, abandono, drogas e álcool. Porém, segundo Aldaíza Sposati a exclusão social e econômica ainda é a grande vilã. “Os fatores sociais e econômicos são responsáveis em grande parte pela vulnerabilidade, levando à quebra de laços que ligam o indivíduo à sociedade” (SPOSATI, 2003).<sup>11</sup>

Essas pessoas que fazem do espaço público o seu lugar privado (ou vice-versa) são tratadas como uma massa homogênea de desprovidos. Mas, na verdade, compõem uma população muito heterogênea formada por diferentes grupos. De gênero, idade, escolaridade e mais variados motivos e circunstâncias pelas quais foram e permanecem nas ruas.

No caso dos moradores de rua, não há diferença ou discriminação por idade, sexo ou cor das vítimas<sup>12</sup>. A violência é praticada por vários agentes, pessoas na mesma situação, corporação policial, transeuntes, comerciantes, sociedade civil em geral e Estado. O preconceito é generalizado porque, nessa condição, eles formam uma massa de pessoas iguais, o que reforça a perda da própria identidade e a situação de total exclusão social. Sposati (2001, p. 113) alerta que:

No caso da população que vive nas ruas, temos uma associação entre preconceito e a pobreza, a forma mais cruel de discriminação, já que no pensamento elitista, a pobreza pode ser a origem para outras formas de discriminação, enquanto a riqueza pode diluir todo e qualquer preconceito.

Sposati (2001, p. 114) ainda reflete que o próprio Estado ao planejar e executar políticas públicas pobres destinadas às pessoas pobres, visando à redução das desigualdades sociais, reflete uma conduta preconceituosa e excludente. A autora aponta ainda que a conquista da equidade poderá ser uma forma de superar o preconceito, não a equidade que entende serem iguais todos os seres humanos, mas sim aquela que entende por igualdade o igual acesso de todos aos direitos sociais existentes na sociedade.

Existem diferentes termos para definir as pessoas que vivem nas ruas, entre eles: morador de rua, sem-casa, sem-teto, *homeless* - termo usado internacionalmente - entre outros. Como grupo, os termos geralmente usados são: "Povo da Rua", "População de Rua",

---

<sup>11</sup> Seminário Internacional “Rompendo a barreira da exclusão: populações de rua e políticas públicas”, realizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, no dia 25/08/2003.

<sup>12</sup> SCHOR, S. M.; VIEIRA, M. A. C. Principais resultados do censo da população de rua da cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. FIPE, FEAC/ USP, 2010a.

"Moradores de Rua" ou "População em Situação de Rua". Há uma distinção entre eles, como aponta Endrigue (2002, p.3):

A posição de grupos religiosos e fóruns ao utilizarem o termo “Povo da Rua” é totalmente coerente com suas propostas de organização e reintegração social da população de rua. A palavra "povo" traz os ideais de luta e de união. Porém, busca-se aqui uma denominação própria a este estudo e que abranja o total da população de rua.

Assim, será adotada a expressão “População de Rua” definindo-a como aquela que “sobrevive da rua e tem a rua, de forma circunstancial ou permanente, como moradia”. (ENDRIGUE, 2002, p.3)

Com relação à expressão “População em Situação de Rua”, o termo vem sendo utilizado como oficial em se tratando de políticas públicas. Endrigue observa:

pode sugerir a interpretação de que estar na rua é, sempre, algo passageiro, temporário, provisório. Sabe-se que o processo de saída da rua é lento e gradual, principalmente porque depende de diversos fatores. O termo pode parecer interessante quando utilizado com o intuito de promover a auto-estima da população de rua, como vem sendo utilizado por esse mesma população. O que não é desejável é utilizá-lo com o objetivo de amenizar, para a sociedade, a situação em que o morador de rua se encontra.<sup>13</sup>

No grande grupo que compõe o que chamamos de maneira geral de “População de Rua”, existem diferentes grupos. Não podemos generalizar e pensar que se trata de um grupo homogêneo, onde todos querem/devem sair das ruas.

Para fins deste trabalho optamos por utilizar as expressões: “moradores de rua”, para tratar do indivíduo e “população de rua” para nos referirmos ao grupo dos que vivem nas ruas.

Considerando que a população de rua é formada por diferentes grupos, adotaremos a divisão em três sub-grupos<sup>14</sup>: os que estão na rua por falta de alternativa/opção - alguns dos fatores mais comuns para estes são: desemprego, perda de moradia, rompimento de laços familiares, atividade ilícita, uso de drogas, alcoolismo, doenças incapacitantes para o trabalho, imigrantes, problemas de saúde mental, entre outros; os que estão na rua por opção - que preferem o anonimato das ruas ou por outro motivo qualquer; e os dependentes de drogas

<sup>13</sup> ENDRIGUE, Taisa da Costa. Repensando o Projeto Boraceia: proposta de abrigo para moradores de rua da cidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/UPS, São Paulo, 2002

<sup>14</sup> QUINTÃO, Paula Rochlitz. Morar na rua: há projeto possível? 2012, 150 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012

ilícitas como o *crack*. Observamos que os dependentes de droga ilícitas possuem perfil completamente diverso dos moradores de rua em questão, mas como habitam o mesmo espaço, são muitas vezes confundidos com esta população.

Paula Rochlitz Quintão em seu trabalho “Morar na na rua – há projeto possível?” faz um breve resumo dessa população:

De caracterização muito diversa, esta população abrange mendigos, desempregados, trabalhadores que vivem do lixo ou da catação de pepéis ou latas, ex-presidiários, pessoas sem moradia fixa, meninos de rua, e outros. É composto também por um número significativo de imigrantes, que "participam de forma irregular e periférica dos pólos dinâmicos do mercado de trabalho capitalista. Caracteriza-se também pela mobilidade, uma população flutuante - processo incrementado pelo acirramento da miséria social. A mendicância está fortemente associada à sua sobrevivência, embora esta população hoje seja composta mais de desempregados ou subempregados do que de pedintes.

Sobre o tempo de permanência dessas pessoas nas ruas, Paula observa:

Dados do do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que a maior porcentagem (29,6%) está na rua há mais de 5 anos. As porcentagens diminuem junto com o tempo de rua (comparando com 15,8% de 2 a 5 anos, 13,6% entre 1 e 2 anos, 10,9% entre 6 meses e 1 ano). Ou seja, quanto mais o tempo passa, mais a pessoa tem chance de permanecer na rua.

No Rio de Janeiro, assim como na grande maioria das cidades, a maior concentração de moradores de rua é na região central da cidade. Em decorrência das facilidades apresentadas pela localização há a tendência de maior concentração dessas pessoas em ruas e municípios mais populosos e nas capitais dos estados, pois são nesses lugares que se concentram maiores recursos e serviços. Sendo assim, são mais procurados por pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de oportunidades de emprego e condições mais favoráveis a sua sobrevivência.

'Os excluídos' povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de 'exclusão'. (CASTEL, 1997, p.23)<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997, p. 17-50.



Não é adequado dizer que o marador de rua está fora da lógica capitalista, pois, na verdade, ele está incluído na lógica capitalista e de consumo não como agente final do processo, mas apropriando-se dos restos deste, e por sua vez, inserindo-os novamente na lógica de mercado, como é o caso dos catadores de lixo. O que é lixo para uns, é trabalho e renda para eles. "Não há excluídos, pois todos são consumidores na lógica do capitalismo (MARTINS, 2002).<sup>16</sup>

### 2.3) Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua: Apresentação e Análise

Em maio de 2008 o Governo Federal lança a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua<sup>17</sup> elaborada pelos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Educação, da Cultura, da Saúde, do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) e representando a sociedade civil organizada. A política propõe-se orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas para essa população. O decreto nº 7.053 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e entrou em vigor em 23 de dezembro de 2009.

A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e

---

16 MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2002.

<sup>17</sup> Constatamos aqui a opção do Governo pela expressão “população em situação de rua”, como analisado no capítulo 2.2 O Lugar do Não Lugar

discussão das propostas. (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, p. 2, 2008, Brasília, grifo nosso)

O documento apresenta uma lista de *princípios* e *diretrizes* norteadores da ação pública para a os moradores de rua. São alguns dos *princípios* : Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

E algumas das *diretrizes*: Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua; Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado; Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua; Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua; Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua; Promoção de ações educativas permanentes para a sociedade; Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida.<sup>18</sup>

Além dos *princípios* e *diretrizes*, o documento expõe uma série de *ações estratégicas* "para conferir concretude aos princípios e diretrizes estabelecidos nesta política". Essas ações estratégicas propostas são divididas entre os respectivos setores: Direitos Humanos, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Urbano/Habitação, Assistência Social, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde e Cultura.

---

<sup>18</sup> Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, p. 13-14, 2008, Brasília, grifo nosso.

Como podemos perceber, a cultura é um dos princípios norteadores dessa política voltada aos moradores de rua. O que é muito interessante, pois, apesar de ser uma garantia expressa na Constituição Federal desde 1988, muitas vezes é deixada de lado se comparada a itens “mais importantes”. É claro que, em se tratando de uma população completamente de pauperada, caracterizada pela condição de pobreza extrema que não possui o mínimo necessário a sua sobrevivência, questões como alimentação e saúde devem ser prioritizadas.

Então por que propor ações culturais para essa população? As ações aqui visam a resignificação da rua, e, nesse sentido, não são exclusivamente voltadas aos moradores de rua, mas, de forma geral, a toda população. Dialogando com o morador de rua não como indivíduo apartado da sociedade, mas dentro da cultura na qual ele se insere. Para promover a mudança do olhar estigmatizado do governo e da sociedade civil para com essas pessoas. Uma vez que “deculturação” em excesso traz o risco inerente da desumanidade, do homem tornar-se um animal perigoso (HANNERZ, 1997, p.24)<sup>19</sup>

A cultura pode, e deve, ser utilizada como instrumento para trabalhar a questão do reconhecimento e da aceitação desta realidade dentro da sociedade, sendo necessário, portanto, dar visibilidade à existência destes indivíduos. A alienação e a falta de reconhecimento também se opera pelo afastamento físico dessas pessoas - cada vez mais fora da visibilidade da cena urbana das camadas privilegiadas da sociedade. Nesse sentido a cultura pode colaborar para a construção de cidadania, trabalhando questões como o pertencimento e a identidade<sup>20</sup>, sendo uma importante e poderosa ferramenta de inserção social.

Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema. Boschetti (2004, p.113 apud SILVA, 2009, p. 174).

Como elucidado o próprio documento analisado:

Assim como as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem consideradas cidadãs integrais, também as políticas públicas que as contemplam devem ser pensadas desde uma perspectiva interdisciplinar e integral, deslocando-se da Assistência Social a responsabilidade exclusiva

<sup>19</sup> Ulf Hannerz é presidente da Associação Européia de Antropólogos Sociais (EASA) e diretor do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Estocolmo, Suécia.

<sup>20</sup> Consideraremos o conceito de identidade como conjunto de qualidades que caracterizam um sujeito e fazem dele um ser único, subjetiva e socialmente.

pelo atendimento a este segmento. (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, p. 6, 2008, Brasília.)

São propostas dez *ações estratégicas* para os moradores de rua no campo da cultura, a saber: I - Promoção de amplo acesso aos meios de informação, criação, difusão e fruição cultural, especialmente por parte da população em situação de rua; II - Desenvolvimento da potencialidade da linguagem artística como fundamental no processo de reintegração social das pessoas em situação de rua. Neste sentido, promoção de atividades artísticas especificamente voltadas para esta população, tais como aulas e prática de teatro, literatura e artesanato; III - Promoção de ações e debates de ressignificação da rua, deixando de retratá-la como um simples lugar de passagem e passando a percebê-la como palco de encontros, diálogos e construção de identidades; IV - Apoio a ações que tenham a cultura como forma de inserção social e construção da cidadania; V - Apoio a ações que promovam a geração de ocupação e renda através de atividades culturais; V - Promoção de ações de conscientização que alterem a forma de conceber as pessoas em situação de rua, desconstruindo estigmas e promovendo ressignificações positivas; VII - Garantia de programas voltados para o esporte e o lazer da população em situação de rua; VIII - Incentivo a projetos culturais que tratem de temas presentes na realidade de quem vive nas ruas, além do financiamento de projetos voltados para esse público, seja em seu desenvolvimento artístico e cultural, seja para a facilitação de seu acesso aos bens culturais disponíveis na sociedade; XIV - Parceria com o Ministério das Cidades para promover o resgate de imóveis da união de forma integrada com ações culturais, especialmente nos centros das cidades e X - Parceria com o Ministério da Educação, para apoiar Organizações Não-Governamentais que proponham projetos que utilizem espaço da escola nos finais de semana, para oferecimento de atividades para moradores de rua.

Esse documento é, notadamente, um avanço na forma de se pensar e propor política à população de rua. Principalmente se pensarmos que até 2009 a mendicância era considerada uma transgressão penal no Brasil, com pena de prisão por até três meses<sup>21</sup> quando o artigo da Lei de Contravenções Penais foi revogado pela Lei nº 11.983. Um Estado incapaz de garantir condições mínimas de sobrevivência até recentemente condenava quem mendigasse.

A população de rua passa ser um objeto de gestão. A vida nas ruas é vista não como fenômeno individual, de que a pessoa está ali porque é

---

<sup>21</sup> Ver art. 60 do Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais revogado pela lei nº 11.983 de 2009

preguiçosa ou louca, mas como problema coletivo, estrutural. Não é algo para ser extirpado, mas entendido, regularizado e normatizado (COSTA 2009, apud MARSIGLIA, 2009)<sup>22</sup>

Infelizmente a maioria das ações propostas pelo documento estão longe de serem postas em prática. E o que percebemos é um aumento do contingente de moradores de rua sem nenhum tipo de suporte. Além do forte preconceito pelo Estado e pela sociedade civil. Não são raras declarações de pessoas que pregam a “higienização social” e que enxergam essas pessoas como uma massa homogênea de desprovidos. Recentemente moradores da praia de Canasvieira, em Florianópolis, protestaram contra a presença de moradores de rua na cidade. Carregavam cartazes com dizeres "Não precisamos de mendigos: Fora!" e declararam que a presença dos moradores de rua "está queimando a imagem da cidade".<sup>23</sup>

Também não são raros os casos de moradores de rua que são presos ou mortos de forma arbitrária. Um exemplo recente é a prisão do morador de rua Rafael Braga Vieira por porte de água sanitária e Pinho Sol próximo a um protesto no centro do Rio de Janeiro. Rafael foi condenado a cinco anos pelo “crime”. A advogada Raphaela Lopes, do Instituto Defensores de Direitos Humanos, que assumiu a sua defesa declarou em entrevista:

[...]a polícia e a justiça ignoraram direitos e princípios básicos pelo fato de Rafael ser morador de rua, pobre e negro – uma pessoa sem defesa ou rede de apoio. Na minha avaliação, ele não foi condenado por um crime, ele foi condenado por ser morador de rua, pobre, negro. Isso fala muito sobre o atual cenário que vivemos no Rio de Janeiro, onde cresce um modelo de cidade excludente, para poucos, elitista. Pessoas como o Rafael não são desejadas nesse cenário. Esse discurso pode soar radical, mas é a forma como as coisas acontecem, como a argumentação contra ele é construída na sentença.<sup>24</sup>

Com a proximidade da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 o cenário pode ser ainda mais preocupante. Muitos movimentos sociais temem que essa população seja retirada a força das ruas, como pudemos ver, por exemplo, durante a Rio-92, Cimeira (reunião de chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Europeia), em 1999 e também durante a visita

<sup>22</sup> MARSIGLIA, Iva. Vida e morte na rua - Entrevista com Daniel De Lucca Reis J4. Entrevistado por Ivan Marsiglia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,vida-e-morte-na-rua,401646,0.htm>>

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26831>>

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao Yahoo Notícias e disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/3-por-4/quem-%C3%A9-rafael-braga-vieira-em-busca-da-133032137.html#more-id>>

da Comissão de Avaliação do COI (Comitê Olímpico Internacional) em 2009, quando a prefeitura do Rio recolheu os moradores de rua do trajeto por onde a comissão passaria.<sup>25</sup>

Infelizmente não são raros os exemplos de ações para maquiar o cenário da cidade, especialmente no Rio de Janeiro, através da retirada compulsória dessas pessoas das ruas, a chamada “higienização social”. É preciso que estados e municípios possam aderir ao decreto presidencial de 2009 que implantou a Política Nacional para a População em Situação de Rua e que haja um comprometimento com essa questão, ao invés de atitudes tanto da sociedade civil quanto do governo que vão contra ao que é proposto no decreto.

Vale destacar a reivindicações do Movimento Nacional da População de Rua e demais entidades envolvidas na luta pelos moradores de rua para que o Decreto n.7053 vire Lei, com dotação orçamentária fundamentada e explicitada, facilitando o compromisso do poder público municipal para com essa Política. Sobre essa questão Carlos, parceiro do MNPR e jornalista da Associação Rede Rua, comenta:

Tem ai todo um trabalho pela frente, porque no Brasil é fácil fazer Lei, cumpri-la é que é a grande dificuldade. Acho que esse é o desafio do Movimento, fazer agora parcerias com os municípios, os municípios aderirem a Políticas, esses são os grandes desafios. Mas é uma conquista, a gente já tem esse referencial que é a Política Nacional.<sup>26</sup>

#### 2.4) Vídeo participativo: Uma ferramenta de empoderamento

Ser ouvido é uma das necessidades mais importantes do ser humano. Ser ouvido é ser legitimado. Mas quem está preocupado em legitimar o outro?<sup>27</sup>

Vídeo Participativo (PV)<sup>28</sup> é um conjunto de técnicas para envolver um grupo ou comunidade na criação do seu próprio filme. A ideia por trás disso é desmistificar o cinema e mostrar que fazer um vídeo pode ser muito fácil e acessível. É uma forma poderosa de reunir

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1107216-procuradoria-e-cnbb-temem-higienizacao-de-moradores-de-rua-na-copa.shtml>

<sup>26</sup> Entrevista disponível em: SATTO, Mariana. O Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo: Um Diálogo com as Políticas Sociais Públicas. Dissertação (Graduação) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo 2011.

<sup>27</sup> COUTINHO, eduardo. Entrevista disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/142105-eduardo-coutinho-encara-as-cameras-em-documentario.shtml>

<sup>28</sup> Termo traduzido do inglês Participatory Video.

peessoas para explorar questões, preocupações e dar voz a elas uma vez que são os próprios membros da comunidade que fazem as filmagens escolhendo o que mostrar e o que dizer.

A prática de vídeo participativo originou-se no Experimento Fogo, apoiado pelo Conselho Nacional de Cinema (NFB - National Film Board) do Canadá iniciado em 1967 nas ilhas do Fogo, uma pequena comunidade de pescadores na costa leste Newfoundland, Canadá. Donald Snowden, da Memorial University Newfoundland, Canadá liderou e facilitou um processo com membros da comunidade para expressar as suas perspectivas sobre os problemas e soluções locais, traduzindo-os em filmes que foram exibidos em outras aldeias que enfrentavam problemas semelhantes. A partir desta primeira experiência, o vídeo participativo tem sido utilizado internacionalmente para diversas aplicações, tais como a monitoramento e avaliação de projetos, gestão de recursos naturais, educação, comunicação e defesa e emancipação de grupos sociais desfavorecidos e por várias organizações da sociedade civil como a *Oxfam Internacional*, a Cruz Vermelha, a *Care International* e a *Action Aid*.

Este processo pode ser estimulante, permitindo que um grupo ou comunidade tome medidas para resolver os seus próprios problemas e também para comunicar suas necessidades e ideias ao governo ou a outros grupos e comunidades. O PV pode ser utilizado como ferramenta para envolver e mobilizar pessoas marginalizadas e ajudá-las a implementar as suas próprias formas de desenvolvimento sustentável com base nas necessidades locais.

O vídeo é um meio flexível e imediato, capaz de unir poesia, teatro, música, dança, testemunhos pessoais através de uma dimensão humana direta, face-a-face. Donald Snowden, um dos pioneiros do vídeo participativo, ilustra o poder desse processo:

A compreensão visual para o espectadores é tão real que na memória das pessoas muito tempo depois do caso o meio de vídeo pode ser esquecido. As pessoas podem se lembrar que elas realmente se encontraram com aqueles que viram e ouviram apenas em vídeo<sup>29</sup>

Com esse mecanismo o vídeo é produzido a partir da perspectiva de participação e empoderamento dos povos, feito em parceria com alguém de fora da comunidade que está propondo o processo e que apresenta o mecanismo, suas ferramentas e possibilidades, mas o vídeo é produzido do início ao fim pela comunidade ou segmento a qual se destina. O

---

<sup>29</sup>Traduzido de: Snowden, D. Eyes see; ears hear By Memorial University, Newfoundland, Canada. Disponível em: <[www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/cddirect/cdre0038.htm](http://www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/cddirect/cdre0038.htm)>

produto, resultado de um processo que se baseia no controle editorial completo da comunidade em questão, é exibido entre pessoas que compartilham as mesmas questões e se torna uma nova forma de aprendizagem de forma horizontal.

O objetivo ao se adotar o vídeo participativo para esse projeto é transcender a tendência de usar ferramentas de comunicação para gerar documentários orientado por especialistas e programas "de marketing social" que ainda dominam a prática no campo da comunicação para o desenvolvimento. No caso do PV todo processo ao longo do produto é igualmente apropriado e importante e até transcende o próprio produto, pois as tecnologias são utilizadas a partir da perspectiva de participação e empoderamento das pessoas, onde elas escolhem sobre o que falar, o que mostrar ou não.

Não existe uma única metodologia para a aplicação do PV. É uma ferramenta utilizada em todo o mundo e que tem sido aplicada em diferentes situações. Os métodos variam de praticante para praticante. Alguns escolhem manter o processo mais aberto, outros preferem orientar os assuntos que serão abordados no vídeo, ou mesmo manipulam a câmera. Não há nenhuma maneira fixada em que PV tem que ser feito, a não ser que seja da escolha do próprio grupo e que seja realizado de forma pre-estabelecida. Esta qualidade de flexibilidade permite que o vídeo participativo seja aplicado em muitas situações diferentes.

O meio de vídeo é transportável, facilmente replicado e facilmente compartilhado e, sendo assim, possui um grande "efeito propagação". PV dá voz e um rosto para aqueles que normalmente não são ouvidos ou visto. Através do desenvolvimento endógeno, ou seja, desenvolvimento baseado nos recursos próprios das pessoas, estratégias e valores. De dentro para fora.

O vídeo participativo é particularmente útil em dar os grupos marginalizados dentro da comunidade um meio de mostrar e dizer a sua situação, seus desafios e suas realizações em suas próprias palavras e imagens. O PV pode oferecer envolvimento através de uma ferramenta tecnológica atraente, o que dá resultados imediatos, prepara as pessoas com habilidades e atitudes positivas, incluem boas habilidades de grupo de trabalho, habilidades de escuta, construção da auto-estima e técnicas de motivação.



## 2.5) Cineclubismo e a importância da formação de grupos

Precisaria perceber que há na imaginação uma instância criadora que nos tira do fatalismo mecanicista do mundo, um fatalismo mecanicista que se atribui ao jogo da sociedade. Para isto é preciso resgatar o direito à criatividade da imaginação. Resgatar a ética como uma normatividade que se legitima a partir da indignação, do espanto diante da ausência de justiça. (PESSANHA, 1993, p.35)<sup>30</sup>

Considerando o desafio de se propor um projeto para o público alvo escolhido: a população de rua, pela sua heterogeneidade e inexistência de vínculos como os que caracterizam uma comunidade de prática, comunidade de prática entendida aqui como o um grupo de pessoas que se unem em torno de um mesmo tópico ou interesse,<sup>31</sup> decidimos adotar uma outra ferramenta associada ao vídeo participativo para viabilizar o objetivo maior do projeto, que é dar visibilidade a essa população e refletir sobre esta realidade cruel, que ignora os direitos humanos mais fundamentais, dando voz e imagem a essas pessoas da forma como elas escolherem se mostrar. A prática associada escolhida para atuar em parceria com o vídeo participativo foi o cineclubismo.

Seguindo o modelo francês, os cineclubes chegaram ao Brasil em 1917, no Rio de Janeiro, através da ação de um grupo de jovens interessados em fazer e discutir cinema. Eles assistiam aos filmes nos cinemas e depois discutiam sobre eles em um lugar chamado “Paredão”, uma alusão ao muro de pedra que separava a Baía de Guanabara da avenida Beira-Mar, daí o nome “Cineclubes Paredão”. O grupo era encabeçado por Adhemar Gonzaga, Pedro Lima, Álvaro Rocha, Paulo Vanderley, Luis Aranha, Hercolino Cascardo. Alguns anos depois da experiência do Cineclubes Paredão, foi criado o primeiro cineclubes constituído formalmente, com Estatuto e Diretoria eleita do Brasil, o “Chaplin Club”, em 13 de junho de 1928.

Projeções em bares, sindicatos, igrejas – não importa o local e sim que o filme propicie um momento de encontro social e renda um debate sobre estética, cultura ou política, pois esta é a finalidade de um cineclubes, promover a discussão sobre a inserção do cinema na sociedade. Uma função educativa, numa tradição que vem, entre nós, desde 1917, com

<sup>30</sup> Citado em MOLL, Jaqueline. Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000.

<sup>31</sup> Termo criado por Etienne Wenger e Jean Lave em 1991.

Adhemar Gonzaga e Pedro Lima indo ao Paredão para debater filmes com os colegas. (AMANCIO, 2008.)<sup>32</sup>

A escolha do cineclube como prática associada ao vídeo participativo para o presente projeto se deu por dois motivos principais: por se tratar de uma atividade de resistência e por seu caráter político.

São quase cem anos de atividade cineclubista sem interrupções. Sobrevivendo, inclusive, as fortes perseguições durante a ditadura principalmente a partir de 1968 com a instauração do Ato Institucional nº 5, onde muitos cineclubes foram perseguidos e fechados, mas logo a atividade foi retomada, como observa Matela:

Houve uma ruptura em 68, quando uma Jornada de Cineclubes iria acontecer em Brasília, mas a polícia entrou de cavalaria, não deixou que ocorresse nada. Houve então um período, entre 68 e 70 mais ou menos, que a organização nacional de cineclubes se retraiu, mas não demorou muito, no começo dos anos 70, a gente conseguiu ir articulando... (MATELA, 2008. p.156)

Para o presente projeto, não nos ateremos a um modelo oficial de cineclube, com estatuto, diretoria entre outras formalidades. O que importa aqui é reunião de pessoas para assistirem e debaterem filmes, os já existentes e os que serão produzidos por eles por meio do vídeo participativo em lugares públicos, em especial nas praças da cidade do Rio de Janeiro. Essa é a prática cineclubista que nos interessa.

Na atividade cineclubista a narrativa cinematográfica constitui-se numa alternativa para a transmissão de experiências inter e intrageracionais. Ela permitiu aos seus membros sentir e compreender a vida humana nas suas diferentes dimensões, através de uma relação intersubjetiva medida pela imagem. (MATELA, 2008, p. 98)

O que nos interessa aqui, não é o cineclube como prática para fugir dos filmes *blockbusters*, ou assistir e discutir a estética dos filmes. O que nós evocamos é o cineclube como atividade agregadora, de troca de conhecimento e experiências, como processos de significação social. Pensando no cinema como um lugar de significação e de aprendizagem social, com potencial para modular comportamentos e estimas.

Não temos a ambição de reviver nenhuma estética específica, muito menos criar um novo tipo de estética ou movimento cinematográfico, esse não é o objetivo do projeto. Mas

---

<sup>32</sup> Tunico Amancio no prefácio do livro *Cineclubismo: Memórias dos anos de chumbo de Rose Clair*. Rio de Janeiro, Luminária 2008.

um movimento cinematográfico específico logo nos veio a mente: o Cinema Novo, que praticamente nasceu dos encontros nos cineclubes. A estética própria, com baixos custos e improvisos na produção dos filmes, ilustrada com a máxima “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. A *mise-en-scène* que ficou conhecida como “estética da fome” (atribuída a Glauber Rocha) aqui toma uma conotação duramente real. Assim como os cinemanovistas pregavam, aqui a ideia é um discurso autêntico, que mostre a realidade dessa população sem disfarces.

A atividade cineclubista estimula a sociabilidade promovendo a formação de grupos seja para congregar, trabalhar ou reivindicar seus direitos criando laços que reforçam a confiança e sentido de pertencimento das pessoas. A formação de grupos tem papel importante para essa população e é uma das maiores responsáveis pela evolução da legislação existente de atenção à "população em situação de rua", que evoluiu graças às reivindicações de grupos organizados, como por exemplo o Movimento Nacional da População de Rua, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, O Dia de Luta do Povo da Rua, entre outros. O grupo gera nos indivíduos um sentido de comunidade, união, permanência. A formação de grupos, neste sentido, pode gerar resultados positivos na medida em que a clareza de certos conceitos básicos, tais como identidade, dignidade, respeito, adquirem um sentido profundo, porque vivido.

O cinema implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. (THOMPSON, 1998 p.13)

### **III - Projeto: Cineclube Luzes da Cidade**

#### 3.1) Apresentação

O Cineclube Luzes da Cidade surgiu a partir da nossa inquietação diante da visão estigmatizante da sociedade civil e do Estado para com a população de rua e da constatação da inexistência de projetos culturais pensados para e com esse público. Ou seja, projetos que tratem de temas presentes na realidade de quem vive nas ruas. As raras ações são pontuais,

como um show ou uma apresentação de teatro, e são oferecidas de forma fechada, já prontas e sem a participação efetiva dessa comunidade.

O projeto não tem cunho assistencialista. Possui duas finalidades principais: a sensibilização pública sobre a importância da mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua e o resgate da identidade dessas pessoas em busca da sua cidadania. É um projeto construído em conjunto com os moradores de rua, fomentando a democracia local, já que a democracia em si é um projeto cultural.

Tem como público alvo os moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente os que habitam as áreas do Catete, Glória e Lapa<sup>33</sup>. Será desenvolvido durante o período de onze meses (julho 2014/maio 2015) e composto por três ações principais: oficinas, cineclubes e produção de vídeos documentários feito pelos moradores de rua de forma totalmente colaborativa por meio do processo de vídeo participativo.

Nos três primeiros meses do projeto se dará o preparado da equipe principal formada por: psicólogo, antropólogo, político social ou áreas afins, cineasta, gestor cultural, estudantes dos cursos de cinema, que auxiliarão nas oficinas, e estudantes de ciências sociais, produção cultural e áreas relacionadas, que atuarão como mobilizadores divulgando o projeto no corpo a corpo aos moradores de rua, sempre orientados e treinados pelos profissionais descritos acima que formularão o programa das oficinas.

As oficinas terão duas frentes: uma técnica ministrada por um cineasta e estudantes de cinema na qual os moradores de rua aprenderão a manusear os equipamentos de filmagem, som e luz, e outra motivacional/inspiracional que visa o debate e a reflexão sobre o morar nas ruas e o esclarecimento de direitos e garantias a população nessa situação. Durante as oficinas, os participantes filmarão e editarão os elementos e ações que compõem o seu dia-a-dia nas ruas, mostrando através do seu próprio olhar a sua realidade, caracterizando um processo participativo do início ao fim.

Serão promovidos doze dias de oficinas, incluindo a edição do material de forma colaborativa, quatro exposições de filmes em cada uma das praças, a saber: Largo do Machado, Praça Praça Luis de Camões e Praça Tiradentes. Em cada oficina serão ministradas aulas

---

<sup>33</sup> Foram escolhidas essas regiões pois, como visto no capítulo 2.2 O Lugar do Não Lugar, a maior concentração de moradores de rua é na região central da cidade.

técnicas e debates com profissionais de notório saber. Psicólogos, antropólogos e parceiros como *Consultório na Rua*<sup>34</sup>, *Movimento Nacional da População de Rua*, *Pastoral de Rua*, entre outros. As oficinas e cineclubes acontecerão nas próprias praças.

As oficinas técnicas e inspiracionais acontecerão em três encontros semanais totalizando doze oficinas/debates em cada praça, e os cineclubes aos domingos. O cineclubes será aberto a todo público espontâneo, porém, o foco principal das oficinas são os moradores de rua. Cada oficina contemplará até trinta pessoas, para isso, o trabalho dos mobilizadores e instituições parceiras é um ponto fundamental do projeto, pois como esse público tem acesso restrito, ou nulo, aos meios de comunicação, a divulgação será feita de maneira muito direcionada e pessoal, por meio do contato direto e do diálogo.

O módulo de oficinas + cineclubes em cada praça será concluído no período de um mês. Depois de concluído o ciclo em uma praça, será feito um balanço e analisado os pontos positivos e negativos, revendo o programa que será aplicado no próximo local que receberá o projeto, e assim por diante até serem finalizadas todas as três praças.

Após a conclusão do ciclo de oficinas e cineclubes em todas as praças, os vídeos-documentários filmados e editados pelos moradores de rua serão finalizados e exibidos todos juntos no último cineclubes em uma das praças, a ser decidida ao longo do projeto de forma colaborativa.

## **3.2) Objetivos**

### **3.2.1) Objetivos Gerais**

- Sensibilizar a sociedade civil e governo sobre a importância da mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua.
- Resgatar a identidade dos moradores de rua em busca da sua cidadania;

---

<sup>34</sup> Maiores informações disponíveis em: < <http://www.youtube.com/watch?v=ek9iWTv3hig>>

- Debater e refletir sobre o morar nas ruas com a própria população de rua e também com a sociedade civil, governo e estudiosos.
- Esclarecer os direitos e garantias da população de rua e mostrar que é possível lutar por outros, principalmente quando se formam grupos conscientes e articulados.
- Utilizar o cinema como prática de imputação de sentido que participa da estruturação de formas de ver e entender o mundo para resgatar o respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, promovendo a troca de conhecimento e experiências, como processos de significação social por meio das práticas de vídeo participativo e cineclubismo.
- Resgatar conceitos básicos, como identidade, dignidade, respeito e fazê-los adquirirem um sentido profundo, porque vivido.
- Promover ações que consciëntização para modificar a forma de conceber a população de rua, desconstruindo estigmas negativos e preconceitos.
- Resignificar a rua como lugar de encontros, diálogos e construção de identidades.

### **3.2.2) Objetivos Específicos**

- Firmar parcerias com grupos como Consultório na Rua, Movimento Nacional da População de Rua, Pastoral de Rua, entre outros.
- Orientar a população de rua sobre os seus direitos.
- Realizar o projeto de forma colaborativo do início ao fim, com a participação efetiva dos moradores de rua em todos os processos, da escolha dos objetos filmados a edição dos vídeos, produzidos através do instrumento do vídeo participativo.
- Viabilizar doze oficinais (motivacionais e técnicas) ministradas por especialistas com assistência de estudantes das respectivas áreas em cada uma das três praças escolhidas, a saber: Largo do Machado, Praça Luís de Camões e Praça Tiradentes. Totalizando trinta e seis oficinais.
- Realizar quatro cineclubes em cada uma das três praças escolhidas com filmes a serem selecionados durante as oficinais de acordo com a preferência de cada grupo, totalizando doze exibições públicas. Para um público estimado de cem espectadores em cada uma das doze exibições. Alcançando aproximadamente mil e duzentos espectadores. Além da sessão de encerramento.

- Produzir vídeos documentários com cada um dos três grupos através da ferramenta do vídeo participativo que serão unidos e exibidos no encerramento do projeto no último cineclube ao final do ciclo em cada uma das três praças.
- Contemplar até trinta pessoas em cada ciclo de oficinas (cada ciclo de oficina é formado por doze encontros) totalizando noventa moradores de rua com as três oficinas.

### 3.3) Público Alvo

O Público alvo do presente projeto foi estudado no capítulo 2 - Dossiê Teórico de Embasamento, nos sub-capítulos: 2.1 - População de Rua: quem e quantos são? e 2.2 - O Lugar do Não-Lugar.

Como visto, é uma população muito heterogênea, que vem crescendo progressivamente, principalmente nas cidades mais pobres. No Brasil esse fenômeno é verificado em todo o país. Escolhemos trabalhar com a população de rua do Rio de Janeiro, mais especificamente os que habitam a Glória, Catete e Lapa pela proximidade com essas áreas.

Além de sofrer todo tipo de preconceito e estar à margem, essa população é muito pouco conhecida. Faltam dados mais concretos e específicos. Como visto nos capítulos anteriormente citados, somente na última década estudos e políticas mais efetivas estão sendo realizadas.

Para o presente projeto não será feita seleção para a participação nas oficinas e cineclubes. Embora as oficinas sejam voltadas especificamente para a população de rua, a participação da população geral como ouvinte poderá acontecer, uma vez que todas as atividades serão realizadas em praças públicas e que também é objetivo do projeto resignificar a rua como lugar de encontros, diálogos e construção de identidades.

Os cineclubes também serão abertos a quem quiser participar, porém os filmes serão escolhidos de acordo com os assuntos trabalhados durante as oficinas, além da pesquisa de opinião para diagnosticarmos possíveis preferências.

### 3.4) Justificativa

A Contagem Nacional da população em situação de rua do Brasil feita em 2008 apontou que 0.061% da população das cidades pesquisadas encontram-se em situação de rua. Historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos, essa população sofre todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de diferentes estratégias para sobrevivência.

Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades, a existência de moradores de rua traz na própria dominação "rua" a marca do estigma e da exclusão a que são submetidos. Essa população, que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades, torna patente a profunda desigualdade social brasileira e insere-se na lógica do sistema capitalista.

Diante desse contexto, o projeto visa, por meio do cinema como prática de imputação de sentido que participa da estruturação de formas de ver e entender o mundo, resgatar o respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, promovendo a troca de conhecimento e experiências, como processos de significação social. Resgatando conceitos básicos, como identidade, dignidade, respeito e fazê-los adquirirem um sentido profundo, porque vivido.

Em 2008 foi instituída a *Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua* (analisada no subcapítulo 2.3 - Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua: Apresentação e Análise) nesse documento podemos encontrar um capítulo que prevê diretrizes do campo cultural direcionada especificamente a essa população. Entre as diretrizes estão:

2. Desenvolvimento da potencialidade da linguagem artística como fundamental no processo de reintegração social das pessoas em situação de rua. Neste sentido, promoção de atividades artísticas especificamente voltadas para esta população,
3. Promoção de ações e debates de ressignificação da rua, deixando de retratá-la como um simples lugar de passagem e passando a percebê-la como palco de encontros, diálogos e construção de identidades;
6. Promoção de ações de conscientização que alterem a forma de conceber as pessoas



em situação de rua, desconstruindo estigmas e promovendo ressignificações positivas;

8. Incentivo a projetos culturais que tratem de temas presentes na realidade de quem vive nas ruas, além do financiamento de projetos voltados para esse público, seja em seu desenvolvimento artístico e cultural, seja para a facilitação de seu acesso aos bens culturais disponíveis na sociedade;

Sendo assim, o presente projeto está alinhado não só com a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, como também com conceito de cultura enquanto experiência que permite novas percepções da vida e do mundo. É a cultura como liberdade, como processo do cultivo do ser humano no seu processo de humanização. Quando exercitamos nossa criatividade, quando nos dedicamos a criar – seja desenhando, cantando, filmando etc. , temos maior facilidade para encontrar saídas para situações adversas. É pela cultura que os cidadãos não só resistem, mas também transgridem as regras e produzem uma nova sociedade. A cultura contribui para a renovação, pois traz para o campo da cidadania a perspectiva de que os direitos que temos no presente não são os únicos. Podemos romper com estes e sonhar com outros.

### 3.5) Estratégias de Ação

As etapas de desenvolvimento do projeto estão descritas abaixo, com separação das atividades a serem realizadas durante a pré-produção, produção e pós-produção. A pré-produção terá início a partir do momento em que a captação de recursos for concluída. Aqui trabalhamos com a estimativa de início do projeto em julho 2014.

#### **Pré-Produção**

##### **Meses: Julho, Agosto e Setembro 2014**

- Seleção e contratação de equipe;
- Reunião da equipe;
- Mobilização dos parceiros e mobilizadores;
- Autorizações para cineclube e oficinas nas praças;
- Preparo da identidade visual do projeto, impressão de folders, banners e kits que serão distribuídos durante as oficinas;

- Divulgação das oficinas e cineclubes.

### **Produção:**

**Meses: Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro 2014, e Janeiro, Fevereiro, Março 2015.**

- Realização das oficinas - considerando os intervalos para avaliação e ajustes antes do início da oficina na próxima praça;
- Cineclubes;
- Finalização dos vídeos produzidos durante as oficinas;
- Exibição dos vídeos produzidos durante as oficinas .

### **Pós-Produção:**

**Meses: Abril e Maio 2015.**

- Avaliação do projeto, relatórios, clipping, prestação de contas.

### 3.6) Estratégias de Divulgação

As ações que compõem o projeto: oficinas, cineclubes e produção de vídeos documentário participativo serão divulgadas para o público alvo, a população de rua, através das instituições parceiras e pelos mobilizadores que passarão por treinamento com profissionais especializados nesse segmento. Além disso, todas atividades serão desenvolvidas em áreas abertas ao público espontâneo.

Como o projeto não é direcionado somente aos moradores de rua, a divulgação também será direcionada a população geral. Em especial os cineclubes, onde acontecerão debates sobre a temática e onde será exibido, ao final, o vídeo documentário produzido pelos moradores de rua. Para isso utilizaremos a internet como aliada. Divulgando trechos do material produzido em canais como *youtube* e *vimeo*. Além da criação de um site e páginas em redes sociais como *facebook* e *twitter* para que mais pessoas participem do debate, ainda que virtualmente.

Será desenvolvida junto ao patrocinador a melhor estratégia para agregar a sua marca ao projeto tendo em mente que se trata de um projeto socio-cultural. Estudar-se-á o aproveitamento, sempre que possível, dos canais de comunicação da empresa. O patrocínio cultural expressa a personalidade da marca, agrega valor e amplia a credibilidade de sua comunicação. O plano exposto abaixo expõe as ações e materiais que serão utilizados no projeto.

- 5.000 flyers para distribuição especialmente aos moradores de rua, durante a divulgação feita pelos mobilizadores;
- Impressão de 6 banners com suporte para as oficinas e cineclubes, dois para cada praça;
- 150 kits (caneta, lápis e bloco de papel) para serem distribuídos àqueles que participam das oficinas;
- 150 camisas para serem distribuídas à equipe e àqueles que participam das oficinas;
- Criação de site com conteúdo relacionado aos temas debatidos, ativo já durante a pré-produção e com integração com as mídias sociais (Facebook, Twitter e outros);
- Criação de canais no youtube e vimeo para divulgação de trechos do material produzido.

### 3.7) Parcerias Possíveis

- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: formar parcerias com a Prefeitura do Rio de Janeiro para obtenção das autorizações necessárias a realização das atividades do projeto nas praças. Bem como viabilizar algumas estruturas como, por exemplo, o gerador durante as sessões de cineclube.
- Ministério da Cultura: como o projeto está pautado na Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, e o Ministério da Cultura é um dos órgãos formuladores dessa política, o Ministério poderia ser um incentivador de algumas das atividades através de mecanismos como o Sistema Nacional de Cultura.
- Petrobras, Itaú, Eletrobras: essas grandes empresas poderiam ser possíveis parceiras, pois possuem histórico de investimentos na área sócio-cultural.
- Consultório na Rua, Movimento Nacional da População de Rua, Pastoral de Rua: esses movimentos possuem notório saber na área e poderiam atuar como parceiros ao

longo de todo o projeto. Atuando como parceiros na mobilização dos moradores de rua, esclarecendo direitos e garantias dessa população, fornecendo ajuda médica adequada (no caso específico do Consultório na Rua).

- Panassonic, Sanyo: grandes empresas da indústria eletrônica, poderiam fornecer equipamentos como câmeras de vídeo, projetor entre outros fundamentais a execução do projeto.

### 3.8) Retorno ao Patrocinador

O projeto **Cineclube Luzes da Cidade** destinará à empresa patrocinadora a titulação *patrocínio* acompanhado da logomarca da empresa em todo material visual do projeto: flyers, banners, kits, camista, site. Antes da exibição de cada filme durante os cineclubes também será vinculada a logomarca da patrocinadora. Anteriormente a exibição do documentário produzido durante o projeto, a logomarca entrará com a chamada: *apresenta*.

Além disso, oferecemos espaço antes do início do da exibição de cada filme durante os cineclubes para locução ou vídeo institucional da empresa, que atingirá um público de estimado de cem pessoas por cineclube.

A equipe de produção está aberta ao diálogo com a empresa patrocinadora para a implementação de outras estratégias de divulgação de sua marca.

Embora seja difícil precisar o retorno exato ao patrocinador quantitativamente, pode-se garantir que ele, além de estar contribuindo para o bem-estar social da população, fortalece a sua marca no mercado e melhora a sua imagem frente a seus consumidores, vinculando seus serviços a um projeto humanista. Agregando valor sócio-cultural, conceitos e atitudes à sua marca e assumindo um compromisso de responsabilidade social com a comunidade.



## 3.10) Orçamento

Orçamento do Projeto: Cineclubes Luzes da Cidade						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	UNIDADE	QTD DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL DA LINHA (Qtd x Qtd de unidades x Valor unitário)
<b>1</b>	<b>PRÉ-PRODUÇÃO</b>					
1.1	Equipe Principal					
1.1.1	Coordenação Geral	1	mês	11	3.000,00	33.000,00
1.1.2	Coordenação de Produção	1	mês	11	2.600,00	28.600,00
1.1.3	Assistente de Produção	1	mês	8	1.200,00	9.600,00
1.1.4	Psicólogo	1	mês	8	2.000,00	16.000,00
1.1.5	Antropólogo/Político Social ou áreas afins	1	mês	8	2.000,00	16.000,00
1.1.6	Cineasta	1	mês	8	2.000,00	16.000,00
1.1.7	Ass. Financeiro	2	mês	11	600,00	13.200,00
1.1.8	Estagiários de Cinema	4	mês	6	400,00	9.600,00
1.1.9	Estagiários de Ciências Sociais/Produção Cultural/Mobilizador ou áreas afins	2	mês	8	400,00	6.400,00
Total de Pré-Produção						<b>RS 148.400,00</b>
<b>2</b>	<b>PRODUÇÃO/EXECUÇÃO</b>					
2.1	Recursos Humanos					
2.1.1	Editor/Finalizador de vídeo	1	projeto	1	3.000,00	3.000,00
2.1.2	Técnico de áudio e vídeo	1	dia	13	450,00	5.850,00
2.1.3	Eletricista	1	dia	13	350,00	4.550,00
2.1.4	Carregador/Montador	1	dia	13	300,00	3.900,00
2.1.5	Cachê de palestrante (com ajuda de custo incluso)	3	cachê	2	1.000,00	6.000,00
2.2	Equipamentos e materiais					
2.2.1	Câmera Panasonic 32GB HC-X900M 3D Ready Full HD ou similar	1	unidade	4	2900,00	11.600,00
2.2.2	Câmera JVC GY-HM150U Compact Handheld 3-CCD Camcorder ou similar	1	unidade	2	4500,00	9.000,00
2.2.3	Tablete Galaxy ou similar	1	unidade	2	1500,00	3.000,00
2.2.4	MAC Book Pro	1	unidade	1	10000,00	10.000,00
2.2.5	Aluguel de tela de projeção com moldura e suporte	1	dia	13	400,00	5.200,00
2.2.6	Aluguel de projetor Sanyo15000 ansi lumens ou similar	1	dia	13	1200,00	15.600,00
2.2.7	Compra de filmes	10	unidade	1	45,00	-450,00
2.2.8	Locação de equipamentos de som (mesa de 6/8 canais, caixas de som com suportes, cabos etc)	1	verba	13	500,00	6.500,00
2.2.9	HD externo (1 tera ou mais)	1	unidade	2	500,00	1.000,00
2.2.10	Cartão SD (32gb ou mais)	1	unidade	6	160,00	960,00
2.3.11	Software Final Cut Pro X	1	unidade	1	300,00	300,00
2.3.12	Cadeiras para oficinas	1	unidade	35	25,00	875,00
2.3.13	Mesa/Bancada	1	unidade	3	50,00	150,00
2.3.13	Barraca/Toldo	1	unidade	2	150,00	300,00
2.3.14	Aluguel de cadeiras para cineclubes com transporte incluso	1	unidade	13	R\$ 650,00	8.450,00
2.3.15	Microfone para cameras	1	unidade	2	90,00	180,00
2.3.17	Microfone com fio para palestras	1	unidade	2	300,00	600,00
2.3.18	Aluguel de gerador (para o cineclubes)	1	unidade	13	R\$ 800,00	10.400,00
2.3.19	Cabos, conectores e adaptadores	1	verba	1	R\$ 300,00	300,00
2.3	Transporte e Alimentação					
2.3.1	Aluguel de carro para transporte de cadeiras e mesas para oficinas	12	diária	3	155,00	5.580,00
2.3.2	Transporte de pessoas	1	verba	9	150,00	1.350,00
2.3.3	Pipequero	1	serviço	13	300,00	3.900,00
2.3.4	Lanche (antes de cada oficina)	1	verba	4	1.500,00	6.000,00
Subtotal - Produção/Execução						<b>RS 124.995,00</b>
<b>3</b>	<b>DIVULGAÇÃO/ MÍDIA</b>					
3.1	Designer (identidade visual, folder, banner)	1	serviço	1	3.000,00	3.000,00
3.2	Impressão de Folders	1	unidade	5.000	0,30	1.500,00
3.3	Camiseta	1	unidade	150	13,00	1.950,00
3.4	Impressão de Banners com suportes para oficinas e cineclubes	1	unidade	6	140,00	840,00
3.5	Kits (caneta, lápis, bloco)	1	unidade	150	15,00	2.250,00
Subtotal - Divulgação/Mídia/ Comercialização						<b>RS 9.540,00</b>
<b>4</b>	<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>					
4.1	Material de consumo escritório / papelaria	1	mês	11	60,00	660,00
4.2	Cartórios e Xerox	1	verba	1	300,00	300,00
4.3	Telefone/Internet (fixo e celular)	1	mês	11	150,00	1.650,00
Subtotal - Despesas Administrativas						<b>RS 2.610,00</b>
<b>SUBTOTAL DA PLANILHA (Soma dos itens 1 a 4 do projeto)</b>						<b>RS 285.545,00</b>
<b>6</b>	<b>IMPOSTOS/TARIFAS/SEGUROS</b>					
6.1	Taxas bancárias	1	verba	1	800,00	800,00
6.2	Seguro de equipamentos (MAC Book Pro, cameras e projetor)	1	verba	1	4.300,00	4.300,00
6.3	ECAD, MPLC	1	verba	1	3.000,00	3.000,00
Subtotal - Total de Impostos, Tarifas e Seguros						<b>RS 8.100,00</b>
<b>7</b>	<b>ELABORAÇÃO E AGENCIAMENTO (Até 10% do subtotal do projeto- soma dos itens 1 a 4 do projeto)</b>					
<b>8</b>	<b>TOTAL DO PROJETO</b>					<b>RS 293.645,00</b>

#### **IV - Considerações Finais**

Compreendemos que propor um projeto cultural para o público alvo escolhido, os moradores de rua, além de ser um grande desafio é também um tema controverso. Por que propor cultura para uma população que muitas vezes não tem ao menos o que comer?

Ao longo deste trabalho analisamos que estimular a sociabilidade e a formação de grupo, motivando o sentido de pertencimento, pode dar início a importantes processos e movimentos como os que reivindicam a garantia de direitos já existentes e os que lutam pela criação de outros.

O que se pretende com esse projeto é estimular a criação de grupos, esclarecer direitos e garantias, dar voz e desmistificar uma imagem preconceituosa e cruel, buscando humanizar a desumanidade que se naturalizou.

Amparado na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que foi desenvolvida em parceria com representantes de notáveis movimentos como o Movimento Nacional de População de Rua e Pastoral do Povo da Rua, além de representantes da sociedade civil e vários Ministérios, dentre eles o Ministério da Cultura, o projeto está em consonância com os princípios e diretrizes que a política alvitra.

O documento é um marco importante na forma de se pensar e propor política para a população de rua. Mas, como analisado, embora seja notadamente um avanço pouca coisa desde a sua criação em 2008 saiu do papel até agora. Novas pesquisas estão sendo realizadas, atualizando e aprofundando o conhecimento acerca dessa população, o que denota uma preocupação do poder público em ao menos conhecer melhor quem são essas pessoas com as quais topamos diariamente pelas ruas da cidade e que crescem em números alarmantes. Todavia, embora seja verificada uma preocupação em levantar informações sobre essas pessoas, a "higienização social" ainda é uma constante, notadamente com a chegada de grandes eventos na cidade.

Fazendo da cultura uma ferramenta de resistência e transgressão, criando novas maneiras de se enxergar o mundo, rompendo padrões por meio das ferramentas escolhidas, após o estudo dessa população e das meios propostos, concluímos que a melhor forma será construir

um projeto em parceria com essas pessoas de forma colaborativa com a participação efetiva, não apenas como meros receptores de um produto já oferecido pronto e fechado.

Ofinicas, cineclubes, produção de vídeo documentário através do vídeo participativo. Ferramentas que estimulam a troca, a formação de grupos. Resignificar a rua como um lugar de encontros, diálogos e construção de identidades. Conscientizar para desconstruir estigmas negativos e preconceitos, é por isso que propomos este projeto.



## V - Referências

ABNT. **Regras e Normas da ABNT 2012 Para Formatação de Trabalhos**. Disponível em: <<http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-abnt-formatacao>> Acesso em 13 de outubro 2012.

**2º Censo da População de Rua e Pesquisa Qualitativa** - Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

BOUILLET, Rodrigo. **Cineclubismo no Brasil - Breve Histórico, Recentes Conquistas e Desafios**. Revista Advir, nº 20 (dez 2006), p. 106. Rio de Janeiro: Asduerj, 2006.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. IN: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org). **Desigualdades e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p.17-50

**Censo da população em situação de rua de São Paulo 2011/2012**. São Paulo: Fesp-SP, 2012.

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa - **Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil**. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Brasil: 2012.

DUARTE, Priscilla da Silva. **A arte do encontro: os cineclubes e o cinema popular contemporâneo**. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/27066CIN1%20Priscila%20Duarte.pdf>> Acesso em: 12 de outubro 2013.

ENDRIGUE, Taisa da Costa. **Repensando o Projeto Boraceia: proposta de abrigo para moradores de rua da cidade de São Paulo**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/UPS, São Paulo, 2002

JUSTINIANO, Bianca. **Século 21 convive com um novo perfil de morador de rua**. 26 ago 2003. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_noticias/congressos/id270803.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/congressos/id270803.htm)> Acesso em 17 de outubro de 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2002.

MATELA, Rose Clair. **Cineclubismo: Memórias dos anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica, 2008.

PACKER, george. **A MEGACIDADE: decodificando o caos em Lagos**. Tradução Albert Flaksman. Revista Piauí, fev.2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-5/dossie-urbano/a-megacidade>> Acesso em 29 de setembro de 2013.

**Pesquisa sobre a população em situação de Rua de São Paulo - 2009/2010**. São Paulo, novembro 2010.

**Política Nacional Para a Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília/DF, 2008.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua: há projeto possível? Dissertação** (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

SCHOR, S. M.; VIEIRA, M. A. C. **Principais resultados do censo da população de rua da cidade de São Paulo.** São Paulo: Ed. FIPE, FEAC/ USP, 2010a.

SCHOR, Silvia. **É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua.** Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 2010. Caderno Cidades / Metrópole, p. C5. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>> Acesso em 30 de novembro de 2013.

Seminário Internacional "**Rompendo a barreira da exclusão: populações de rua e políticas públicas**" Faculdade de Saúde Pública da USP, 25 ago. 2003.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SIMONARD, Pedro. **A geração do cinema novo: para uma antropologia do cinema.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SNOW, David e ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua.** Tradução Sandra Vasconcelos. OeTrópolis: Vozes, 1998.

SPOSATI, A. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. módulo 1. Brasília, DF, 1999

SPOSATI, Aldáisa. **Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo 2000. Dinâmica Social dos Anos 90.** São Paulo: Instituto Polis / INPE / PUC, 2000.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 1992.

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/galeria/2013-10-30/pesquisa-sobre-moradores-de-rua>> Acesso em 15 de dezembro de 2013

<<http://jus.com.br/artigos/18448/politicas-publicas-para-inclusao-social-dos-moradores-em-situacao-de-rua>> Acesso em 13 de novembro de 2013

<<http://mnlmrj.blogspot.com.br/p/biblioteca.html>> Acesso em 10 de dezembro de 2013.

<<http://sociologia-cienciaevida.uol.com.br/ESSO/edicoes/32/artigo194186-2.asp>> Acesso em 10 de dezembro de 2013

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=78522>> Acesso em 01 de novembro de 2013.

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias-1/2013/outubro/avanco-no-combate-a-fome-e-na-inclusao-social-e-fruto-de-decisao-politica>> Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

<[www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/cddirect/cdre0038.htm](http://www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/cddirect/cdre0038.htm)> Acesso em 05 de dezembro de 2013.

<[www.mds.gov.br/backup/arquivo/sumario\\_executivo\\_pop\\_ rua.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivo/sumario_executivo_pop_ rua.pdf)> Acesso em 29 de outubro de 2013.

### **Jornais e Periódicos:**

**Jornal Grito pela Vida.** Publicação da Fraternidade Povo da Rua. São Paulo, dez. 2000.

<<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/3-por-4/quem-%C3%A9-rafael-braga-vieira-em-busca-da-133032137.html#more-id>> Acesso em 10 de dezembro de 2013.

<<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/11/censo-inedito-revela-que-rio-tem-quase-56-mil-moradores-de-rua.html>> Acesso em 02 de novembro de 2011.

<<http://oglobo.globo.com/rio/estudante-canadense-ensina-ingles-moradores-de-rua-10916794>> Acesso em 29 de novembro de 2013.

<<http://www.brasildefato.com.br/node/12950>> Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

<<http://www.brasildefato.com.br/node/26831>> Acesso em 09 de dezembro de 2013.

<<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/em-sc-protestos-contramendigos-e-nordestinos/>> Acesso em 09 de dezembro de 2013.

<[www1.folha.uol.com.br/fsp/opniao/fz3003201009.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opniao/fz3003201009.htm)> Acesso em 10 de dezembro de 2013.

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1107216-procuradoria-e-cnbb-temem-higienizacao-de-moradores-de-rua-na-copa.shtml>> Acesso em 28 de novembro de 2013.

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1382417-praia-badalada-de-florianopolis-faz-atos-antimendigo.shtml>> Acesso em 08 de dezembro de 2013

### **Vídeos e Filmes**

**A Liga:** Programa "Moradores de Rua". Vídeo. 04 maio 2010. Disponível em <<http://www.band.com.br/aliga/>>. Acesso em 09 de novembro de 2013.

**Dizem que sou louco.** Filme. Direção: Miriam Chnaiderman, argumento: Reinaldo Pinheiro. Filme documentário, 16mm, duração 12 min. São Paulo, 1994.

**Lixo Extraordinário.** Direção Lucy Walter. Filme documentário sobre o Vik Muniz. Duração: 99 min., 2009

<<http://www.youtube.com/watch?v=ek9iWTv3hig>> Acesso em 25 de novembro de 2013.

<<https://www.youtube.com/watch?v=5nVsI2nzzEs>> Acesso em 03 de dezembro de 2013.

<<https://www.youtube.com/watch?v=1OZHRZHIai4>> Acesso em 25 de novembro de 2013.

<[https://www.youtube.com/watch?v=NVznKtE\\_iEo](https://www.youtube.com/watch?v=NVznKtE_iEo)> Acesso em 25 de novembro de 2013.